



LEI N.º 1507/2022

Súmula: Regulamenta no âmbito do Município de Curiúva o pagamento de obrigações de pequeno valor decorrentes de decisões judiciais, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu, Prefeito Municipal, **NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Curiúva, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do artigo 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, nos termos desta lei.

§ 1º. Para fins desta Lei, consideram-se como de pequeno valor os débitos ou obrigações cujo valor igual ao montante não ultrapassem o dobro do maior valor pago a título de benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 100, § 4º, da Constituição Federal de 1988;

§ 2º. É vedada a expedição de requisição complementar ou suplementar do valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 1º deste artigo;

§ 3º. A Procuradoria do Município deverá ser consultada no respectivo procedimento administrativo de pagamento, com a finalidade de examinar a não ocorrência de fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução nos autos dos respectivos processos, vedados no § 8º do artigo 100 da Constituição Federal, sem prejuízo de eventuais renúncias aos créditos excedentes pelo titular do débito;

Art. 2º. Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas, serão pagos mediante a apresentação de Requisição de Pequeno Valor - RPV expedido pelo Juízo competente, dispensando-se, para estes casos, a expedição de precatório.





ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE
CURIÚVA

ANO X | Publicação Nº 10377 | sexta-feira, 9 de dezembro de 2022 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

Parágrafo único. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Requisição de Pequeno Valor – RPV.

Art. 3º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para obrigação de pequeno valor, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, salvo se a parte exequente renunciar expressamente ao crédito do valor excedente e optar pelo recebimento através de Requisição de Pequeno Valor – RPV, nos termos desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 1177 de 12 de julho de 2012 e as demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Curiúva, em 09 de dezembro de 2022.

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS

Prefeito do Município de Curiúva/PR



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 09/12/2022
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.